

**A CIDADE QUE ESTAVA LÁ:
TENSÕES URBANAS EM PORTO VELHO A PARTIR DA
CONSTRUÇÃO DAS HIDRELÉTRICAS DE SANTO ANTÔNIO
E JIRAU^{1*}**

*Robson Laverdi^{2**}*

RESUMO: Esse artigo discute a emergência de tensões urbanas em Porto Velho, no estado de Rondônia, a partir da construção, no rio Madeira, das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, no início do século XXI. Num primeiro momento, de caráter preliminar, considera algumas dimensões conflituosas do debate público sobre os interesses econômicos e políticos ativados no presente. No segundo momento, de maior profundidade, busca tecer interpretações inter-relacionadas entre o plano dos interesses que se afirmam nas práticas políticas e as formas permeáveis da experiência social de seus moradores. Em termos metodológicos, dialoga com materiais de imprensa nacional e cidadina, dentre outros documentos, focando a discussão em duas narrativas orais de moradores. A análise se movimenta para pensar historicamente uma dada *estrutura de sentimentos* constituída por lutas de pertencimentos e outras reivindicações tomadas de muitas temporalidades.

¹ *Este texto resulta de estágio pós-doutoral desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), concluído em 2010, Linha de Pesquisa Migrações, Construções Socioculturais e Meio-Ambiente, vinculado à pesquisa intitulada *O Rio Madeira entre representações sociais e construção das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio (2007/2011)*, sob a coordenação geral de Marcos Fábio Freire Montysuma. Bolsista do Programa de Fomento do PTI C&T/FPTI-BR.

² **Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Professor dos cursos de graduação e mestrado em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

PALAVRAS-CHAVE: Cidade. Hidrelétricas. Tensões urbanas. Rio Madeira. Porto Velho.

ABSTRACT: This article discuss the urban tensions emergency in Porto Velho, in Rondônia state, since the construction in the Madeira river of the Saint Antonio and Jirau hydroelectric plants in the beginning of the 21st century. At a first, in a preliminary character, it considers some divergent dimensions of the public debate about the economic and political interests displayed in present. In a second moment, in a deepest way, it is intended to interlace interpretations interrelated between the interests level that is affirmed in the political perform and the permeated forms of the social experience of its inhabitants. In methodological terms, it dialogues with some materials from the national press and from the city press, among other documents, focusing the argument in two oral narratives of the inhabitants. The analysis is directed to think historically due to *structure of feelings* constituted by belongings fights and other claims done from many temporalities.

KEYWORDS: City. Hydroelectric. Urban tensions. Madeira River. Porto Velho.

Prólogo

A proposta desse artigo é compreender, a partir de narrativas de histórias de vida de moradores de Porto Velho, sentimentos e percepções vividas na implantação das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, ambas em construção no leito do rio Madeira, em plena Amazônia brasileira, nesta primeira década do séc. XXI. As duas usinas compõem o megaprojeto *Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira*, cuja proposição está incluída no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), proposto e gestado pelo Governo Lula (2004-2010), com orçamento de

aproximadamente 26 bilhões de reais.³ No plano das justificativas apresentadas pelo Estudo de Impacto Ambiental (EIA), em 2005, tais empreendimentos partiriam de um ideário segundo o qual:

Na atualidade, praticamente, o potencial de todos os rios de grande porte das regiões Sul e Sudeste do País já está estudado, e os melhores aproveitamentos hidrelétricos já estão sendo explorados. As melhores alternativas hidroenergéticas disponíveis encontram-se na região Amazônica, onde se concentram 51% de todo o potencial hidrelétrico brasileiro e onde, até 2000, apenas 5% do potencial hidrelétrico regional se encontrava em exploração.⁴

Além do “potencial” energético vislumbrado em sentido amplo,

deve-se, ainda, considerar que às potencialidades hidrelétricas dos aproveitamentos de Jirau (3.300 MW) e Santo Antônio (3.150 MW) poderão agregar-se outros aproveitamentos hidrelétricos e todo um sistema hidroviário conjugado, que permitirá a integração sul-americana, em função da proximidade com a Bolívia e com o Peru, abrindo espaços para projetos de infra-estrutura energética e de transportes entre os três países, impulsionando o desenvolvimento regional.⁵

³ Além de Santo Antônio e Jirau, que somam investimentos na ordem de 16,5 bilhões, consta do megaprojeto a construção de Eclusas (1,38 bilhões), Interligações de Interesse Restrito (930 milhões), Linhas de Transmissão (7,2 bilhões). As hidrelétricas estão sendo construídas por dois grandes consórcios: a) Consórcio Madeira Energia UHE Santo Antônio, formado pelas empresas Odebrecht (17,6%), Construtora Norberto Odebrecht (1%), Andrade Gutierrez (12,4%), Cemig (10%), Furnas (39%) e Fundo de Investimento Santander/Banif (20%); b) Consórcio Energia Sustentável do Brasil UHE de Jirau, formado pelas empresas Suez (50,1%), Camargo Corrêa (9,9%), Eletrosul (20%) e Chesf (20%). Ver HIDRELÉTRICAS NO RIO MADEIRA: ENERGIA PARA QUÊ E PARA QUEM? Porto Velho, MAB, dezembro de 2008.

⁴ Ver ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA. Leme Engenharia Ltda. para o Consórcio Constituído por FURNAS Centrais Elétricas S.A. e Construtora Norberto Odebrecht S.A., Tomo I, 2005, p.1.

⁵ Idem, *ibidem*.

Os argumentos apresentados pelo EIA confirmam avaliações importantes de estudiosos, ambientalistas e movimentos sociais. Em uma importante revisão bibliográfica sobre a Amazônia brasileira, de 2000, José Augusto Drummond ponderou sobre esse movimento de mirada “exploratória” para a região. Segundo o autor:

Nos últimos vinte anos, a região amazônica brasileira vem sendo foco de um debate científico, político e ideológico extenso, diversificado e polarizado a respeito das relações entre a sua ocupação humana e os seus componentes biofísicos, ou seja, entre sociedade e natureza. Embora não seja possível garantir com precisão, a Amazônia dever ser atualmente a região do planeta mais discutida em livros, artigos científicos e paracientíficos que abordam esses dois aspectos conjuntamente.⁶

Sem deixar de desconsiderar as complexas questões que articulam a execução de tais projetos hidrelétricos na Amazônia, esse texto recorre à análise histórica das formas da experiência social de moradores de Porto Velho a estes relacionados. Nesse sentido, a História Oral se colocou como a metodologia de pesquisa privilegiada, feita a partir de um trabalho de campo realizado em Porto Velho e imediações, em dezembro de 2009. Nesse texto, em específico, serão analisados relatos de dois moradores da cidade, a despeito de muitas questões trazidas por um universo mais vasto de relatos produzidos. Tratam-se das entrevistas de Áurea dos Santos e de Carrol Van Othon Denys, com 54 e 73 anos, respectivamente. Suas narrativas foram selecionadas no interior de um conjunto de vinte quatro entrevistas realizadas com indígenas, pescadores, ribeirinhos e moradores urbanos.

⁶ Ver DRUMMOND, José Augusto. Recursos naturais, meio ambiente e desenvolvimento na Amazônia brasileira: um debate multidimensional. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, 2000, vol.6, suplemento, p.1135. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702000000500017&script=sci_arttext&lng=pt>. Acesso em: 11 set. 2010.

O critério de seleção das narrativas privilegiou moradores mais antigos que foram entrevistados, entre aqueles que apresentaram as versões multidimensionais das tensões vividas em Porto Velho. Em termos gerais, é preciso ressaltar ainda duas observações: a) embora haja uma preocupação mais detida com tais narrativas, muitas inquietações a elas encaminhadas foram constituídas em diálogos com a população e outros entrevistados; b) que embora as falas expressem pontos de vista pessoais, as construções narrativas são potencialmente sociais, na medida em que interagem e conflitam com outros pontos de vista. Eis a riqueza e a complexidade do trabalho de análise das fontes orais, que neste trabalho buscamos compartilhar. Além dos relatos, serão discutidos materiais da imprensa nacional e local. Em termos teóricos, a reflexão dialoga com a contribuição do crítico literário inglês Raymond Williams (1921-1988), principalmente referente às noções *cultura ordinária* e *estrutura de sentimentos*.

O debate público sobre as hidrelétricas

A cidade que não estava lá – eis o título emblemático de um matéria publicada pela revista *Época*, em 30 de março de 2009, assinada pela jornalista Eliane Brum. O conteúdo que podemos ler na íntegra a seguir elabora um ponto de vista importante e relacional para toda a discussão que buscamos mover aqui. Narrada a partir de um olhar exterior às atuais dinâmicas urbanas constitutivas da cidade de Porto Velho, no estado de Rondônia, a matéria pontua de alguma forma a temperatura das tensões engendradas pela construção das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, no leito do rio Madeira. De acordo com a matéria:

As famílias dos trabalhadores das polêmicas usinas do Rio Madeira começam a desembarcar em Porto Velho, capital de Rondônia. Encontram uma cidade com aluguéis mais elevados que São Paulo, sistema de saúde precário, rede escolar deficiente, calçadas esburacadas, saneamento básico quase inexistente e lixo para todo o lado. Com a perspectiva de anos de trabalho por lá, os maridos

tem de se esforçar para que a mulher não faça as malas e pegue um avião de volta enquanto ele está no trabalho. São funcionários das empresas dos consórcios que constroem as usinas de Santo Antônio e Jirau e não têm escolha, é “vai ou vai”. “Meu marido não me contava a verdade quando falava comigo por telefone”, conta Andrea, de 37 anos, três filhos. “O bicho é muito mais feio do que eu pensava. Acho que meu marido tinha medo que, se contasse como era eu não viesse. E ainda nem sei se vou conseguir ficar!” Nos primeiros anos, na fase de estudos de viabilidade, os homens vinham sozinhos. Desde o final do ano passado, começaram a chegar as famílias. Os problemas de Porto Velho, que sempre foram muitos, multiplicaram-se, acentuados por uma voracidade do setor imobiliário, especialmente, e do comércio em geral. Os preços do aluguel de imóveis em Porto Velho triplicaram e hoje se tornou um dos mais altos do Brasil. “Eles olham pra nós e não enxergam pessoas. Veem uma notinha de dólar”, desabafa Andrea. “Como vou me sentir bem num lugar que me recebe assim?” Andrea e o marido, o engenheiro agrônomo Marco Antônio, 39 anos, que trabalha para uma das empresas do consórcio há 17 anos, deixaram uma casa própria de 140 metros quadrados, com três quartos, dois deles suítes, num condomínio fechado de uma área nobre de Cuiabá, no Mato Grosso, a 500 metros de um parque. Conseguiram alugá-la por R\$ 1500. Em Porto Velho, o melhor que encontraram foi uma casa menor, distante da área central e das partes mais nobres, também num condomínio fechado, mas cercado de água empoçada há semanas, por R\$ 1800. Insatisfeitos, eles procuram outro imóvel, mas apartamentos bem localizados, cujo aluguel valia R\$ 1 mil há um ano, hoje custam R\$ 2.500. Negociação é uma palavra riscada na cartilha dos agentes imobiliários de Porto Velho. Não precisam dela. Toda semana tem alguém desesperado batendo na porta em busca de casa para morar. As usinas hidrelétricas do rio Madeira, vitrines do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), custarão cerca de R\$ 20 bilhões. O choque da família aumentou ainda mais depois que um de seus três filhos adoeceu. O caçula, de seis anos, pegou dengue, provavelmente porque a água empoçada ao redor do condomínio é um criadouro de mosquitos. Mas só conseguiu

atendimento no quarto hospital – e isso com plano de saúde. A filha mais velha, de 15 anos, está com problemas de adaptação à escola e à cidade. Procuraram uma psicóloga. Depois de esperarem horas pela consulta, foram embora sem que a profissional conveniada tivesse aparecido. Para quem só pode contar com o SUS, a situação já começa a virar caso de polícia. Na edição dominical do jornal *O Estadão*, de Porto Velho, a manchete era: “Médicos ameaçados de morte nos postos de saúde da capital”. A causa: demora no atendimento. A educação, para quem pode pagar, é cara. Para quem não pode, há risco de ficar sem. Com três filhos na escola, a família desembolsa, em Porto Velho, 40% a mais no valor das mensalidades em uma escola privada. “É tudo muito feio, muito sujo e muito caro. Eu preciso dizer aos meus filhos que vai dar tudo certo, mas minha vontade é só dormir”, diz Andrea. “Quando meu caçula adoeceu e foi aquele descaso, quase fiz as malas e fui embora.” As mulheres recém-chegadas encontram-se na casa de Andrea para trocar informações e desencantos. “Conto os dias para ir embora”, diz a dona da casa. “Acho que quando cansar de contar acostumo.” Ela tem pela frente uma perspectiva de pelo menos sete anos na capital de Rondônia. Animada mesmo, só Odila. Aos 55 anos, dois filhos adolescentes, Porto Velho é a sétima cidade em que ela desembarca com o marido. Já morou com bebê pequeno em hotel, já passou por todo tipo de perrengue. “A mulher é a pessoa principal nessas mudanças, nós temos de ser o esteio psicológico para o marido, que tem um desafio novo no trabalho, e para os filhos, que estão deixando cidade e amigos”, ensina Odila às mais jovens. “Não é fácil, mas a gente tem de ser forte. Pra mim o que importa é estar com a minha família, mesmo que seja difícil. E é.” Porto Velho é uma cidade que tem a história tatuada na geografia urbana. Quase não há árvores nas ruas esburacadas, mesmo no centro, o que torna o calor ainda mais opressor. A floresta desmatada é um eco também ali. Diferente de outras capitais amazônicas, quase não se veem índios. Praças e espaços públicos são escassos, as calçadas são desiguais e pontuadas por lixo. A atmosfera é pesada e triste. Não parece um lugar para pessoas. Ou pelo menos para exercer a cidadania. Assemelha-se

a uma cidade de passagem. Como definiu um companheiro de viagem, Claudiney Ferreira, “Porto Velho é uma cidade que não é daqui”. Políticos, empresários e até jornalistas festejam o que está sendo chamado de “crescimento chinês em Rondônia”, que estaria assim imune à crise econômica mundial. Caras e controversas, as usinas hidrelétricas do rio Madeira, vitrines do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), custarão cerca de R\$ 20 bilhões, com a previsão de injeções polpudas na economia de Rondônia pelo menos até 2013. Mas se a elite empresarial e política de Rondônia aprecia comparar o crescimento com os melhores índices da China, é bom também que perceba as semelhanças com as piores mazelas. Acostumados a seguir as grandes obras de suas empresas, os trabalhadores mais especializados, que não são substituíveis por mão de obra local, estão assustados com Porto Velho. “Já fiz todos os cálculos”, diz o engenheiro civil Ângelo, 41 anos, coordenador de equipe, em uma das empresas que constrói a usina de Santo Antônio. “Se tiver de me mudar para cá com a minha esposa, o custo de vida vai aumentar 40% e a qualidade vai diminuir muito.” Uma casa equivalente ao sobrado que vive em Goiânia e cujo aluguel custa R\$ 550, em Porto Velho ele só encontra por R\$ 1300. O casal gasta, na capital goiana, R\$ 500 mensais em gêneros de primeira necessidade. Segundo a pesquisa de Ângelo, em Porto Velho serão R\$ 150 a mais, com qualidade pior. “Sem contar que apenas 20% da água de Porto Velho é tratada e há apenas 3% de esgoto sanitário”, afirma. “Estou aqui há quatro anos, indo e vindo, e me sinto trabalhando em outro país.” A vida piorou também para quem já vivia em Porto Velho. A estimativa é de que hoje exista um déficit de 2 mil vagas escolares na rede pública. O atendimento nos hospitais chega a dois dias de espera, cirurgias estão sendo adiadas por meses. Na hora de renovar os aluguéis, moradores descobrem que o proprietário quer três vezes mais, apostando nos recém-chegados. O jeito é pagar o mesmo por um lugar três vezes pior e ainda mais periférico. Outra leva de gente vai chegando dos cantos empobrecidos em busca de um cantinho na mais recente das grandes obras amazônicas. O desfecho dessa migração a história já mostrou. Mas com alma de migrantes, que

já andaram um bom trecho do país, os que chegaram há anos e os que alcançam hoje a borda de Rondônia, comungam de uma esperança que já virou ilusão em empreendimentos anteriores: a de que a vida vá melhorar com um posto de serviço nas obras de Santo Antônio e Jirau. Ou em algum dos milhares de empregos indiretos prometidos. Sem outra alternativa a não ser buscar, nessa migração eles vão carregando o Brasil nos pés.⁷

A matéria da *Época*, que é um veículo da grande imprensa de circulação nacional, talvez nem fosse preciso dizer, soou como uma bomba na ocasião de sua divulgação, pelo menos na cidade de Porto Velho. Tal impressão foi tirada no próprio trabalho de campo com os moradores, pois tendo transcorrido nove meses ainda se referiam à matéria. Independentemente de se assumir uma concordância imediata ou não com os termos apresentados, a matéria põe em discussão o horizonte ampliado de tensões engendradas naquela urbe na primeira década deste século. A despeito de julgamentos que lançamos à apreciação de seu conteúdo, assim como das polêmicas que se multiplicaram desde a sua divulgação, o fato é que a mesma tocou em pontos nodais do debate público sobre a presença das duas hidrelétricas na vida social daquela cidade. No escopo dos argumentos utilizados, que posteriormente foram amplamente contestados por políticos, letrados e demais moradores, é preciso ter claro, antes de qualquer coisa, de que se trata de uma interpretação feita por um “outro” ou “de fora”, acerca das infindáveis precariedades e carências sentidas por todos aqueles que ingressam em suas dinâmicas cotidianas. Tal como também desse pesquisador, que interpreta essa realidade citadina a partir de um olhar “de fora”.

⁷ Ver BRUM, Eliane. A cidade que não estava lá. In: *Revista Época*. Rio de Janeiro: 30 de março de 2009. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI66228-15223,00-A+CIDADE+QUE+NAO+ESTAVA+LA.html>>. Acesso em: 9 de abr. de 2010. A Revista Época se constitui numa publicação semanal da Editora Globo S.A., circulando em papel por todo território nacional, tendo parte de seu conteúdo disponibilizado através de seu site na internet.

A matéria, que fizemos questão de apresentar na íntegra, dá visibilidade a sentidos sociais importantes. O mais significativo talvez seja o da aceleração dos ritmos, interesses e expectativas que se multiplicaram e são projetados para aquela urbe. A despeito do peso das desaprovações tornadas publicizadas, faz um diagnóstico aberto sobre as dificuldades de acesso e às condições de qualidade precária dos serviços públicos de saúde, educação e segurança existentes. Além, é claro, de outras problemáticas visíveis, por sua vez relacionadas ao aumento de preços dos víveres de sobrevivência e, da terrível especulação imobiliária, que elevaram às alturas o custo de vida para os seus moradores e para as “levas” de recém-chegados. Isto tanto para no caso daqueles que migraram para trabalhar nos canteiros das obras ou para tentar a vida noutras atividades laborais propulsionadas com a presença das hidrelétricas.⁸ Além desses aspectos, a reportagem também reconhece o problema ambiental do desmatamento de áreas florestais próximas e no interior da própria cidade, que ajudaram a elevar a temperatura do clima tropical úmido local. A matéria diagnosticou também o aumento de deslocamentos populacionais, que historicamente foram e são contundentes em Rondônia desde os períodos extrativistas da borracha e da construção, há mais de um século, da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré,⁹ e dos períodos de exploração de cassiterita e ouro nos anos 1950.

⁸ Ver estimativa do IBGE de 2009, a população de Porto Velho seria na atualidade de 382.829 habitantes. Os últimos recenseamentos do IBGE apontaram os seguintes números populacionais, respectivamente: 1991, 287.534; 1999, 292.399; 2000, 334.661 e 2007, 369.345 habitantes. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em 21 de maio de 2010.

⁹ A Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (Madeira-Mamoré Railway Co.) é uma ferrovia construída entre os anos 1907 e 1912 para ligar Porto Velho a Guajará-Mirim, no atual Estado de Rondônia. O seu objetivo principal era atravessar o trecho de cachoeiras do rio Madeira e facilitar o escoamento da borracha boliviana e brasileira, além de outras mercadorias até Porto Velho, de onde as mercadorias seguiam por via fluvial pelo mesmo rio até o rio Amazonas, e de lá o oceano Atlântico. Foi parcialmente desativada na década de 1930, voltando a operar integralmente pouco tempo depois. Em 1957 foi integrada a então Rede Ferroviária Federal. Em 25 de maio de 1966 foi desativada pelo então governo militar de Castelo Branco. Em 10 de novembro de 2005 foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Em Porto Velho, a contestação aos argumentos utilizados pela jornalista Eliane Brum, curiosamente, não pareceram negar a existência dos mensuráveis problemas sociais denunciados. Incontáveis foram os debates assumidos em torno do tema, mobilizando a produção e a circulação de argumentos que ajudam a entender os sentidos mais profundos mobilizados pela crítica “de fora” feita pela jornalista. Nesse processo tenso de debates, a própria Prefeitura de Porto Velho chegou a responder à *Época* “devido ao número de reclamações recebidas pela Coordenadoria de Comunicação Social, feitas por portovelhenses natos ou por adoção, em função da forma com que a revista *Época* enfocou uma reportagem sobre Porto Velho [...]”.¹⁰ Nos termos apresentados:

A propósito da matéria intitulada ‘Porto Velho: a cidade que não estava lá’, assinada pela repórter especial Eliane Brum, a Prefeitura de Porto Velho lamenta profundamente a abordagem superficial e preconceituosa. Da mesma forma, sente muito pela decepção e indignação da repórter por não ter encontrado índios zanzando nas ruas da cidade, como desejava, segundo insinuação em seu texto. Acostumada a rotina de notícias sobre bala perdida aí no Rio, talvez esperasse algo envolvendo uma flecha perdida. Na falta de uma pauta mais consistente, situou a reportagem no ‘drama’ de um casal, uma dona-de-casa e um engenheiro, recém-chegados à cidade, que tiveram uma péssima impressão da cidade. Faltou à dedicada repórter, completar o texto explicando os motivos que fazem a família migrante passar por tantas privações. Temos nossos problemas e não os negamos. As deficiências na educação e na saúde, entretanto, são uma realidade nacional.¹¹

¹⁰ Ver PREFEITURA PORTO VELHO. Prefeitura envia carta à revista *Época*. Porto Velho, 2 de abril de 2009. Disponível em: <http://www.portovelho.ro.gov.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=2226>. Acesso em: 17 mai. 2010.

¹¹ Idem, *ibidem*.

Em carta enviada à *Época*, a Prefeitura de Porto Velho, mais uma vez é preciso frisar, não tentou negar as contradições e outras carências urbanas identificadas por Eliane Brum. Para essa análise, interessa reter o caráter de denúncia da carta ao lugar de exterioridade representada pela jornalista. Na continuidade do documento, a mesma dimensão é posta com relativa clareza:

Aí, mesmo, no Rio, não é diferente. Faltou dizer que, além dos R\$ 20 bilhões que serão investidos nas usinas hidrelétricas ‘vitruínas do PAC’, virão mais R\$ 7 bilhões para as linhas de transmissão; mais R\$ 500 milhões para implantação de rede de água e esgoto em 100% da cidade e mais R\$ 100 milhões para a construção de viadutos e marginais ao longo do trecho urbano da BR-364, sem falar na instalação de empresas de grande porte como uma fábrica de cimento da Votorantim, uma unidade industrial da Alstom, onde serão fabricadas as turbinas das usinas e outras vinte empresas que deverão orbitar em torno do empreendimento principal. A repórter poderia (e, deveria) procurar fontes oficiais de indicadores econômicos e sociais. Ajudaria a entender que Porto Velho tem, sim, seus problemas urbanos, mas que são problemas novos, criados em função do crescimento da cidade. Por fim, um questionamento que todo portovelhense que leu a reportagem faz: por que a ilustração principal da matéria traz a foto de uma casa aparentemente no garimpo, atividade praticamente extinta há 20 anos?¹²

Ao contraditar que “aí, mesmo, no Rio, não é diferente”, o ponto de vista institucional do poder público municipal pareceu destacar o caráter da leitura da jornalista, de algum modo desautorizada a falar de Porto Velho que “tem, sim, seus problemas urbanos.” Tão grande foi a repercussão da matéria que Eliane Brum, de próprio punho, chegou a se colocar sobre a recepção negativa que recebera. Tanto foi que duas semanas após a circulação da matéria, no mesmo site de *Época*, a jornalista respondia às críticas em nota intitulada *Em Porto Velho, não diga que o rei está nu!* Nos termos então apresentados:

¹² Idem, *ibidem*.

Na matéria, eu mostrava que Porto Velho tinha problemas sérios de atendimento nas áreas da saúde, educação e saneamento básico. E um pouco mais: carência de **espaços** públicos, como praças e parques, ruas e calçadas esburacadas e acúmulo de lixo. Quem chegava, encontrava ainda aluguéis triplicados. Quem já estava lá, tinha dificuldade de renovar seus aluguéis porque as imobiliárias apostavam no poder aquisitivo dos novos moradores. Essa era a história. Por contá-la, fui transformada numa espécie de inimiga pública de Rondônia.¹³

Ainda no calor do momento, uma crônica em particular movida por esse amplo debate público foi lançada na Internet e sublinhou questões interessantes sobre as dinâmicas vividas naquela urbe no tempo. Assim escreveu Antônio Serpa do Amaral Filho, a partir da matéria de Eliane Brum, para o site *Gente de Opinião*, de Porto Velho:

A repórter Eliane Brum deveria passar uma quarentena no xilindró, por ser persona de alta periculosidade e subversiva. Ela teve a ousadia de querer nos despir e levar em público a roupa suja de nossa perdição histórica. Seu texto bombástico servirá de prova material do ilícito penal, caso alguém se arvore a levá-la às barras dos tribunais. Seu argumento jornalístico é um show de subversão do primeiro ao último parágrafo. Seu crime: exercitar um olhar excessivamente crítico, ácido e espinafrante. Em regra, faz-se jornalismo falando sério sobre os fatos do mundo. Só que essa seriedade tem limites: o da cumplicidade social convencional para manter o status quo funcionando. [...] Nunca na história deste Estado tantos em tão pouco tempo se levantaram para atacar uma mesma pessoa, a anti-heroína Eliana Brum. Inadmissível que sejamos tão feios assim. Inauguramos um shopping, estamos

¹³ Ver BRUM, Eliane. Em Porto Velho, não diga que o rei está nu! *Revista Época*. Rio de Janeiro, 13 de abril de 2009. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI68136-15230,00-EM+PORTO+VELHO+NAO+DIGA+QUE+O+REI+ESTA+NU.html>>. Acesso em: 4 jun. 2010.

edificando espigões a três por quatro, asfaltando a Vieira Caúla, temos uma frota de 135 mil veículos, seremos hospedeiros de 120 mil pessoas e estamos construindo duas hidrelétricas para mandar energia para o sul maravilha!¹⁴

Na mesma crônica, em tom irônico ainda argumentou:

Por via das dúvidas, fui me aconselhar com as Três Marias e elas me refrescaram a memória: a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré foi construída para a Bolívia, e não pra gente. A República de Evo Morales recebeu dois milhões de libras esterlinas, e para nós ficaram as máquinas retorcidas e uma dosagem de lirismo e saudosismo. A Borracha que produzimos na década de 40 era para os norteamericanos, e não para nós. Os gringos ganharam a guerra e se firmaram como potência, e pra nós ficou um contingente de recrutas analfabetos, pobres e desempregados – um batalhão de deserdados produzido pelo Acordo de Washington. A criação do Estado de Rondônia foi concebida pelo bruxo Golbery do Couto e Silva para desafogar os problemas sociais do sul-sudeste, e não para nós. Para nós ficaram os problemas ambientais e sociais deixados pela garimpagem irracional. No ciclo da mineração, as multinacionais levaram toda a cassiterita, e nós ficamos tomando cachaça no Meio Quilo Bar. E agora estão construindo duas usinas hidrelétricas cuja massa energética também não é para nós, é para fomentar as ricas economias do sul e sudeste; pra nós ficarão os problemas sociais, ambientais e econômicos, e o caos urbano descrito pela jornalista. Esse olhar diferenciado parece ter ameaçado a todos os atores da trama existencial Guaporé. Se os rondonienses não são tão míopes assim, o que realmente causa medo e vergonha no olhar de Eliana Brum? Ame-a ou queixe-se, se não a História a absolverá...¹⁵

¹⁴ AMARAL FILHO, Antônio Serpa do. O que causa medo e vergonha no olhar de Eliana Brum? *Gente de Opinião*. Porto Velho, 8 de abril de 2009, Disponível em: <http://www.gentedeopinioao.com.br/ler_noticias.php?codigo=43260>. Acesso em: 12 abr. 2010.

¹⁵ Idem, *ibidem*.

Na matéria de Eliane Brum há a contestação de sérios problemas sociais, e por isso foi acusada por seu contundente ponto de vista não feito pelos próprios “rondonienses”. A polêmica gerada, tal como pretendemos discutir, se coloca para além do reconhecimento público das mazelas sociais. A matéria mexeu com grandes interesses, mas também com sentimentos e expectativas emocionais de parte de sua população, especialmente de trabalhadores pobres e migrantes. E, nesse sentido, tocou em dimensões históricas relacionadas com a própria formação da cidade e do próprio estado de Rondônia. Na crônica de Amaral Filho, tais sentidos sociais apareceram muito fortemente representados. Alguns podem ser claramente percebidos, haja vista o interesse de evocar os vários tempos e pertencimentos, que por sua vez estão ausentes em Eliane Brum.

A análise pode ganhar um pouco mais se considerarmos também as marcas profundas das lutas de pertencimento emergentes nesse debate sobre a construção de Santo Antônio e de Jirau para a cidade de Porto Velho. É pelo caminho da interpretação desses sentidos ativados no presente que propomos discutir as tensões evidenciadas. Tanto na matéria da *Época*, quanto na contestação da Prefeitura ou mesmo na crônica de Amaral Filho, é possível mapear alguns desses sentidos. Mas isso não quer dizer que dão conta da completude das formas variáveis e inter-relacionadas da processualidade da experiência social vividas pelos moradores. Nessa direção buscamos pensar historicamente tais dinâmicas e tensões. Para isso buscamos dialogar com as contribuições de Raymond Williams acerca de sua noção de “estrutura de sentimentos”. De acordo com esse autor, essa se coloca como campo de uma “cultura ordinária”, onde as processualidades sociais são móveis e ativadas no tempo presente. Segundo o autor, são marcadas por um interesse nos

significados e valores tal como são vividos e sentidos ativamente; e as relações existentes entre eles e as crenças sistemáticas ou formais, na prática variáveis (inclusive historicamente variáveis)

em uma escala que vai desde o consentimento formal com uma dissensão privada até a interação mais matizada existente entre as crenças selecionadas e interpretadas e as experiências efetuadas e justificadas.¹⁶

Na cidade de Porto Velho assistimos transformações sociais, econômicas e políticas estimuladas e/ou produzidas no âmbito desses projetos articulados ao PAC. No estado de Rondônia, a construção das hidrelétricas do rio Madeira assume o papel motriz de importância para tais práticas políticas. Mais do que compreender a abrangência do projeto político vislumbrado pelo PAC, o que não significa assumir uma concordância em si mesma, interessa pensar as tensões emergentes que pressionam, no plano da cultura, o viver de homens e mulheres no e a partir de uma realidade avassalada por ritmos acelerados e por sentidos políticos compreendidos como “desenvolvimentistas”, todavia executadas a qualquer custo. Pelo menos é o que expressaram muitos entrevistados.

Uma cidade para os “rondonienses”

É preciso primeiro sublinhar o fato de que para os moradores de Porto Velho as tensões atuantes nessa processualidade urbana não têm nas hidrelétricas um marco zero ou o início do caos. Como destacado pela crônica de Amaral Filho, é preciso revisitar o passado representando pelas Três Marias.¹⁷ Faz-se importante sair do invólucro das formas ensejadas pela simples defesa das hidrelétricas em relação à existência concreta de mazelas sociais existentes há mais tempo naquela cidade.

¹⁶ Ver WILLIAMS, Raymond. *Marxismo y literatura*. Barcelona: Península, 2000, p. 155. (tradução livre)

¹⁷ Três Marias é o nome dado ao monumento que simboliza a fundação da cidade em Porto Velho. Localizado numa praça central da cidade, na verdade se tratam de três caixas d'água feitas com kits provenientes dos EUA e erguidas respectivamente em 1908, 1909 e 1912, quando da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.

Na narrativa de Áurea dos Santos, uma jovem e simpática senhora de 54 anos, nascida e criada em Porto Velho e, atualmente funcionária pública aposentada, a cidade foi tomada na memória a partir da fundação, em 1966, do 5º Batalhão de Engenharia de Construção do Exército (5º. BEC). Foi nessa época, em tempo de ditadura militar, que aquele quartel assumiu a administração da afamada Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Em seu relato:

Aqui no nosso estado, quando eu nasci, era uma cidade muito pequena. Morava no bairro da *Baixa da União*, onde havia uma pracinha. Mas todo mundo se conhecia, um sabia o que é que o outro ia comer. Hoje pode dizer que seria pacato, um estado, um município pacato. Mas que tinha muito amor e também tinha muita harmonia. E, posteriormente tivemos que sair da Baixa da União, em 1967, para irmos morar na Marechal Deodoro com a Pinheiro Machado. Isso por causa de certas mudanças do Exército. Que veio o 5º BEC. Já a previsão do 5º BEC de vir pra Porto Velho. Então foram tirados os moradores e criaram o bairro da Liberdade. A maioria que morava na *Baixa da União* foi onde criou o bairro da Liberdade. Mas com a graça de Deus, meu pai ainda era vivo, comprou uma casa na Marechal Deodoro, com a Pinheiro Machado e lá a gente ficou.¹⁸

Ao prestarmos mais atenção na de Áurea, logo percebemos que não é exatamente a fundação do 5º BEC que Áurea recordou com tanta ênfase. Mas, sim a desocupação que este forçou aos moradores da *Baixa da União*, cujo processo só não foi pior porque “meu pai era vivo”, o que por sua vez tomara providências à época, impedindo que a situação fosse agravada. É preciso lembrar que à época Rondônia não era um estado da federação, constituindo-se tão somente como Território Nacional, o que por sua vez não lhe assegurava autonomia política e administrativa. A elevação de território

¹⁸ Entrevista concedida por Áurea dos Santos a Marcos Fábio Freire Montysuma e Robson Laverdi, Porto Velho-RO, 9 dez. 2009.

a estado da federação somente veio a acontecer em 1982.¹⁹ A instalação daquele Batalhão do Exército, que retirou os moradores do bairro onde a família de Áurea habitava, foi lembrada como um divisor de águas de sua história pessoal e talvez para a própria cidade, pelo menos no modo como essa história passou a ser contada. Esse sentido de memória pública ou oficial também aparece marcado nas vias institucionais, todavia com contornos de luta por legitimação. Tanto é que a história da cidade contada pela Prefeitura de Porto Velho é narrada em dois momentos distintos, a antiga e a atual. A antiga cidade seria aquela que se fez conhecer entre o período de conclusão da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, em 1912, até o final dos 1950. Enquanto,

A moderna história de Porto Velho começa com a descoberta de cassiterita (minério de estanho) nos velhos seringais no final dos anos 50, e de ouro no rio Madeira. Mas, principalmente, com a decisão do governo federal, no final dos anos 70, de abrir nova fronteira agrícola no então Território Federal de Rondônia, como meio de ocupar e desenvolver essa região, segundo os princípios da segurança nacional vigentes.²⁰

Tais sentidos constitutivos da história do estado de Rondônia e da própria Porto Velho precisam ficar retidos para a análise posterior. Apesar das apropriações diversas desse passado,

¹⁹ Antes de 1943 o estado de Rondônia era chamado Território Federal do Guaporé, resultado do desmembramento dos estados Amazonas e Mato Grosso. O nome era uma referência ao rio Guaporé, que separa o Brasil e a Bolívia. Em 17 de fevereiro de 1956, através da Lei n. 2731, passou a se chamar Território Federal de Rondônia, em homenagem ao sertanista Marechal Cândido Rondon (1865-1958). Em 22 de dezembro de 1982, através de Lei Complementar n. 41, criava-se o estado de Rondônia, cuja instalação se deu em 4 de janeiro de 1982.

²⁰ PREFEITURA DE PORTO VELHO. Porto Velho Antigo. Porto Velho, 27 de outubro de 2006. Disponível em: <http://www.portovelho.ro.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3&Itemid=16>. Acesso em: 17 mai. 2010.

de um lado traduzido pelo sentimento pessoal de desocupação vivido pela família de Áurea, e por outro, da memória institucional, que data da década de 1970, como um marco da ocupação da região em pleno regime militar. Na verdade, o marco de memória de Áurea coincide com o próprio processo de ocupação daquele espaço nos últimos quarenta anos. Como denotou Edna Castro, o avanço da fronteira agrícola contou com as cidades já existentes localizadas nas margens dos cursos d'água, como entre outros exemplos na Amazônia são os casos de Porto Velho e Humaitá, ambas no Rio Madeira.²¹ De acordo com a autora, tal marcação coincide com,

um padrão de ocupação e povoamento [que] ocorreu a partir de 1966, intensificando-se nos anos 1970 e 1980 com os programas governamentais de expansão da fronteira agrícola associados às estruturas urbanas – existentes ou planejadas – para onde se dirigiam investimentos públicos, se fortaleciam instituições e se concentrava a demanda de trabalho por parte de migrantes que chegava de fluxos intensos e crescentes.²²

No plano mais amplo de leitura dessa realidade de Porto Velho, cabe ainda dizer que,

Essas cidades antigas tornaram-se importantes nesse processo de transformação regional pela infraestrutura que ofereciam e pela diversidade de serviços. Não perderam esse papel na dinâmica regional, ao contrário, hoje são elos de confluência da ação política e do mercado ao lado de outras surgidas no movimento de expansão da fronteira, a exemplo Parauapebas, Sinop, Vilhena e Paragominas.²³

²¹ CASTRO, Edna. Urbanização, pluralidade e singularidades das cidades amazônicas. In: CASTRO, Edna (Org.). *Cidades na floresta*. São Paulo: Anablume, 2008, p.26.

²² Idem, *ibidem*.

²³ Idem, p. 27.

É preciso considerar ainda que, independentemente de seus usos, tais versões dão conta de uma vivência concreta da imposição política que viera “de fora” daquela realidade cidadina. Cumpre sublinhar, nessa direção, que a história da cidade é contada de forma imbricada à história da formação do próprio estado e daquela fronteira. E nessa senda com suas relações umbilicais com as forças autoritárias que predominavam no país à época. Como mais uma vez expressou Edna Castro, “as cidades na Amazônia revelam diferenças que nos permitem entendê-las como um espaço socioeconômico e cultural complexo, cuja diversidade tem raízes certamente na história dos lugares e das relações sociais estabelecidas em sua trajetória”.²⁴

Nesses termos, como foi evidenciado por Áurea, o estado de Rondônia não possuía autonomia política, ficando a mercê de decisões nacionais vindas “de fora”. Na operação interpretativa de Áurea, a desocupação da *Baixa da União*, na década de 1960, foi diretamente entrelaçada à chegada das hidrelétricas do rio Madeira. Nos termos de sua composição:

Pensava assim que a cidade não ia crescer, mas ela foi crescendo, aos poucos. Foi se indo, porque na época, a cidade terminava na [rua] Joaquim Nabuco. Mas depois ela continuou aumentando, aumentando... Com esse desenvolvimento tão grande que a gente não achava que iria chegar aqui em Porto Velho, chegam às hidrelétricas. É uma coisa que deixa alguns rondonienses muito tristes. Por que muitos que moram próximos e também nós da cidade vamos sofrer com isso.²⁵

O relato de Áurea atua para marcar mais do que a simples relação entre dois episódios aparentemente desconexos, no caso a desocupação da *Baixa da União*, em 1967, e a construção das hidrelétricas nos tempos atuais. Tais matizes constam de um mesmo instante narrativo, a entrevistada trabalha para articular sentidos

²⁴ Idem, p. 26.

²⁵ Ver Áurea dos Santos, entrevista citada.

de pertença enredados em contextos e significados tomados como referência em sua história de vida, a partir das mudanças de residência que fora obrigada a fazer por imposição dos militares. Pois, no caso dessa junção de argumentos, concluiu que tudo “é uma coisa que deixa alguns rondonienses muito tristes”. Tal argumentação se mostra importante, pois não se trata de um descontentamento direcionado a todos os moradores da cidade, mas para “alguns rondonienses”. Nessa senda continuou a entrevistada:

Por sinal, quem tem até poço d água, poço, tem que pagar uma verba ou então vai tapar o poço d água. Pra pegar água lá na CAERD [Companhia de Águas e Esgoto de Rondônia]. Tem até uma lei que eu me recordo agora, se a gente não tiver condições de pagar esta multa pra ter poço em casa, vai tapar e vai ter que dar um jeito de pegar [água] na CAERD.²⁶

Importa sublinhar no mínimo duas ordens de questões que apareceram na narrativa de Áurea relacionadas às hidrelétricas. A primeira, diz respeito às novas exigências trazidas pela legislação nacional para a universalização do abastecimento de água e tratamento de esgotos, que se encontram em implantação na cidade com recursos provenientes do PAC. Em outros termos, é nítida uma preocupação de Áurea não com a recusa ao abastecimento público de água e saneamento, mas sim à ameaça presumível de sua privatização. Por mais que reconheçamos que água e esgoto tratados são direitos sociais universais e importantes para a população, no relato de Áurea o que parece lhe importunar é a iminente dissolução de uma prática cotidiana da cultura do lugar, de usos da água de poços e cisternas, cuja culpabilidade é direcionada às novas dinâmicas trazidas pelas hidrelétricas. Meses antes de realizarmos a entrevista com Áurea foi publicada matéria no jornal local *Diário da Amazônia* que tratava deste assunto com a seguinte manchete: *Lei obriga desativação de poços*. Conforme os termos da notícia:

²⁶ Idem.

No dia 28 de julho último, a Prefeitura de Porto Velho assinou o contrato de concessão dos serviços de abastecimento de água e saneamento básico do município com a Companhia Estadual de Água e Saneamento Caerd. O convênio veio para garantir a implantação do sistema de água tratada para 100% da população da Capital, com recursos do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e contrapartida do Governo do Estado. Atualmente metade da população conta com abastecimento de água. O restante utiliza poços amazônicos, artesianos e semiartesianos. O diretor da Caerd Wilson Pereira Lopes explica que devido a estudos que confirmaram a contaminação do lençol freático, os poços amazônicos e semiartesianos terão que ser desativados, já que os proprietários deverão cumprir as normas exigidas pela lei 11.445/07, que estabelece as diretrizes para o saneamento básico e obriga todas as unidades residenciais a utilizar o sistema público de abastecimento.²⁷

A matéria de jornal, assinada por Claudinete Miranda, informa aos leitores sobre a vigência a partir daquela data de contrato de concessão de serviços de abastecimento de água e saneamento básico firmado entre a Prefeitura de Porto Velho com a estatal responsável pelo setor, no caso a CAERD. Mas se há de convir que o teor da manchete não seja apenas sobre o convênio firmado, mas sim um alerta à população para as novas regras de obrigatoriedade que passam a exigir a desativação dos poços nos quintais das casas. A construção da notícia sobre a proibição é lida por Áurea, no plano de toda uma *cultura ordinária*, no sentido trabalhado por Raymond Williams.²⁸ Em certo sentido, aponta para uma situação em que o poder estatal intervém numa cultura cotidiana vivenciada pelas pessoas, assumindo interesses distintos, a despeito do direito apresentado como sentido único, articulado às políticas de universalização de serviços e

²⁷ Ver DIÁRIO DA AMAZÔNIA. Lei obriga a desativação de poços. Porto Velho, 6 ago. 2009.

²⁸ Ver WILLIAMS, Raymond, op. cit.

equipamentos urbanos, a desativação dos poços é percebida por Áurea no plano de todo um modo de vida, que vê ameaçado pelo poder regulador e gestor do estado.

A preocupação de Áurea não dialoga apenas com a universalização de direitos sociais de acesso à água potável, mas também com os códigos culturais cotidianos de pertença urbana que se encontram ameaçados com uma presumível privatização. A preocupação de Áurea não está desarticulada do entendimento de expressões de outros interesses locais que poderão ser desencadeados na prática concreta com a implantação de tal lei federal. A preocupação da moradora parece muito procedente, pois na própria matéria que anuncia a desativação dos poços, tenta-se lidar com uma tensão de interesses que deveria acontecer no futuro. Ao final da matéria diz o jornal:

Segundo as exigências do Ministério das Cidades e da lei 11.445, a Caerd terá que providenciar uma Agência Reguladora, para defender os interesses da população frente à companhia de abastecimento. A Agência deverá ter autonomia para acompanhar o relacionamento entre a prestadora de serviços e os usuários. O órgão regulador vai atuar na definição das tarefas e fiscalizará as fontes de receitas, as medidas de proteção ambiental e os planos de meta e extensão do serviço. Atualmente uma comissão provisória está desempenhando esse papel, mas até o final de 2010, a agência deverá estar implantada.²⁹

Interessante notar que a desativação dos poços de fundos de quintais em Porto Velho tomada na narrativa de Áurea está relacionada à presença das hidrelétricas na cidade. As populações urbanas de outras cercanias da Amazônia, que não foram submetidas este tipo de situação continuam extraindo água de poços artesanais sem sofrer o mesmo assédio que a população de Porto Velho. Embora o seu relato não tivesse se manifestado

²⁹ Ver DIÁRIO DA AMAZÔNIA. Lei obriga a desativação de poços. Porto Velho, 6 ago. 2009.

diretamente sobre a existência e atuação da agência reguladora, sua argumentação atuou como elaboração de uma *consciência prática*, no dizer de Williams,³⁰ de uma percepção política de desconfiança em seu meio social. Pois como formulou “ninguém nunca imaginou que teria isso aí. Nem poço poderia utilizar. Porque vindo essas hidrelétricas, praticamente nós somos nada, donos de solo nenhum, nem onde mora. A gente escuta bem claro isso”.³¹

Para Áurea, a construção das hidrelétricas no rio Madeira parece significar um pouco mais do que circulação de capitais e aumento de empregos na cidade, tem a ver com um sentido de perda de autonomia política em relação ao pertencimento à cidade e ao estado de Rondônia como um todo. Afinal, “praticamente nós somos nada, donos de solo nenhum, nem onde mora.” Essa dimensão da experiência social traduzida numa interpretação de que “a gente escuta bem claro isso”, transparece problemas contundentes de pertença social. Além, é claro, da percepção que todo o ganho propalado pela presença das usinas no Estado de Rondônia, ela interpreta como um ganho para outro, não necessariamente para o seu estado, ao afirmar que “não sei se estou certa ou estou errada, mas eu acho que não vai trazer benefício para o estado de Rondônia. E sim vai beneficiar outro estado. Vai beneficiar outro. No meu ponto de vista vai beneficiar outro estado, não o estado de Rondônia”.³² O argumento levantado por Áurea segue a mesma direção denunciada pelo cronista Antônio Serpa do Amaral Filho sobre a superposição dos interesses nacionais aos regionais e/ou locais.

Na verdade a avaliação de Áurea faz sentido, já que os empregos gerados serão para outros estados onde ficam localizadas as indústrias. A usina produzirá emprego para técnicos qualificados, tais como engenheiros eletricitas e correlatos, que o estado de Rondônia já importa, para a localidade sobrarão

³⁰ WILLIAMS, Raymond, op. cit.

³¹ Ver Áurea dos Santos, entrevista citada.

³² Idem.

pouquíssimas vagas. Noutro momento da entrevista, Áurea chega a concordar: “pode falar, [que] vai dar emprego.” Mas, logo em seguida, questiona a viabilidade desse processo impulsionado em Porto Velho para as novas dinâmicas econômicas, de longo prazo. Isso porque, pondera uma vez mais, “dez anos muita gente vai dizer: estou trabalhando! E depois quando acabar? Como é que vai ficar o estado? É isso que eu penso”.³³ Mais uma vez incide a preocupação de Áurea com a experimentação das novas dinâmicas econômicas, cuja duração contemplará apenas o período de construção das hidrelétricas. Assim que as usinas começarem a operar é certo que não demandará da mesma quantidade de trabalhadores empregados na atual conjuntura. Afinal, “dez anos passam rápido e as pessoas empolgadas trabalhando nas usinas. O dinheiro que vai ganhar não vai dar nem pra fazer uma poupança”.³⁴ Na construção narrativa de Áurea, percebemos uma articulação compreensiva acerca das transformações que são assistidas com a construção das hidrelétricas. Assim como, uma ordenação de sentimentos relativos a uma luta de pertencimento a outras dinâmicas socioculturais envolvidas na formação daquele estado como unidade federativa.

Como já aventado anteriormente, a articulação narrativa de Áurea também tem a ver com imagens socialmente constituídas e de sentimentos compartilhados naquele meio social num tempo mais longínquo. Noutro momento a entrevistada volta a reivindicar reconhecimentos dignificados de não dependência de Rondônia neste cenário político nacional de feição “desenvolvimentista”. Em outras palavras, as interpretações tecidas na vivência de Áurea forjam sentimentos de pertença social e política em face de uma realidade sofrida no transcurso de um dado tempo, em razão da exclusão, do domínio e do mandonismo vindos “de fora”. Uma variada bibliografia tem já apontado uma discussão sobre uma tensão entre sentidos “de dentro” e “de fora” dessas realidades amazônicas. A geógrafa Eliane Mundim Bortoleto observou nessa mesma direção que,

³³ Idem.

³⁴ Ver Áurea dos Santos, entrevista citada.

os 'megaprojetos' são apresentados à sociedade como essenciais ao desenvolvimento da nação. Mas esse desenvolvimento fica em grande parte restrito ao centro hegemônico da economia nacional, não chegando a atingir as regiões receptoras e, conseqüentemente, não vindo a amenizar os impactos causados com a implantação desses empreendimentos.³⁵

É possível sugerir, nesse sentido, que a emancipação de Rondônia em relação ao governo federal, que aconteceu em 1982, que teria proporcionado o fim da subordinação à política nacional, ameace a se mostrar novamente operativo com a implantação das hidrelétricas, por determinação dos interesses situados fora de seu estado, sob a égide de Brasília. Na leitura de Áurea, trata-se mais uma vez de uma imposição "de fora" àquela realidade. Tanto é que outros argumentos foram criticados, como por exemplo, a promessa de ampliação de novas vagas de trabalho na cidade. Na contraposição de Áurea:

Tá! Que vai ter muito emprego etc. e tal. É ótimo que o jovem entre no campo de emprego. Eu achei, como família que participei da reunião [Audiência Pública], povo muito bonito que venha participar. Mas, com esse desenvolvimento de trabalho, hoje em dia, a gente vê que veio muita gente de fora pra trabalhar. Porque foi dito que a maioria seria de Rondônia, filho da terra que iria trabalhar. Trouxe bastante gente de fora. Alguns já começaram a fazer greve. Foi paralisado [canteiro de obras] no Dia de Finados. Houve paralisação lá nas hidrelétricas. Dois mil e poucos funcionários não trabalharam.³⁶

³⁵ Ver BORTOLETO, Eliane Mundim. A implantação de grandes hidrelétricas: desenvolvimento, discurso e impactos. In. *Geografares*, Vitória: n. 2, junho de 2001, p. 55. Disponível em: <http://www.maternatura.org.br/hidretricas/biblioteca_docs/grandes%20hidrel%C3%A9tricas.pdf> Acesso em: 7 set. 2010.

³⁶ Idem.

A narrativa de Áurea continua apresentando argumentos balizadores desse sentimento social que aponta os usos úteis da territorialidade de Rondônia em benefício de outros lugares da nação. Mas, é preciso deixar claro que esse sentimento também se apresenta relacionado a um nexos ampliado de frustrações em razão de promessas não cumpridas, integral ou parcialmente, de utilização de mão de obra local para a construção das atuais hidrelétricas. Sobretudo, de que o forjamento de uma “aceitação social” dos empreendimentos, longe de ser harmônico, foi mediado por argumentos recheados de promessas de intervenção locais de fundo “desenvolvimentista”. Além, é claro, dos argumentos mais amplos atuantes na esfera política e econômica nacional preconizada pelo PAC. Para Áurea:

Todos que saem da cidade pra ir pra outra em busca de um trabalho é visando a melhoria dos familiares que ficaram lá fora. E aí têm muitos, tem muitos ainda que estão revoltados com isso. Com campo de trabalho. Pra gente, é difícil, de cidade pequena. Você busca trabalho, não tem. E tá aí as hidrelétricas pra trabalhar. Pra muitos, ah tá. É bom, é ótimo, maravilhoso.³⁷

No relato de Áurea outras dimensões da experiência social encontram-se articuladas. Além de expressar preocupação diante a quantidade grande de trabalhadores de outros estados e regiões que se deslocam para conseguir trabalho em Porto Velho, a entrevistada chega a ponderar sobre as condições específicas que os levam a buscar emprego nas hidrelétricas, por sua vez competindo ou criando dificuldades para a vida dos próprios “rondonienses”. Pois, “todos que saem da cidade pra ir pra outra em busca de um trabalho é visando à melhoria dos familiares que ficaram lá fora”. Tal sentimento de Áurea sobre essa realidade que assiste com seus próprios olhos se recobre da ideia de que aqueles que chegaram nos últimos tempos, além de disputarem os empregos com os moradores locais, pelo fato de serem “de

³⁷ Ver Áurea dos Santos, entrevista citada.

fora”, estariam preocupados com outras realidades distantes e não propriamente com a cidade em si.

O horizonte compreensivo de Áurea assume no mínimo três direções interpretativas que contribuem para a análise. A primeira aparece vinculada a uma espécie de inconformidade com a quebra de um subliminar pacto de implícita aceitabilidade das mazelas sociais que decorreriam da construção das hidrelétricas, em virtude de uma maior e melhor oferta de trabalho em Porto Velho, e em Rondônia por suposto. A segunda, que decorre da primeira, tem a ver com ideia de que as condições de execução das obras de construção das hidrelétricas seriam por si mesmas portadoras de um sentimento de derrota para as dinâmicas formativas de um estado dos e para os “rondonienses”. A terceira, tem a ver com a leitura de uma dimensão social dessas frustrações vividas e acumuladas no tempo.

Tal como fez notar a entrevistada, tais questões se dão num chão social de disputas de interesses numa realidade fragmentária, contraditória e inconclusa. Desta feita, de um lado “tem muitos ainda que estão revoltados com isso” enquanto para outras “é bom, é ótimo, maravilhoso.” Não se trata, é bom frisar, do fato de que Áurea construa uma interpretação relativizada do impacto das hidrelétricas ou mesmo de sua subliminar aceitação em seu meio social. Muito longe disso. Antes, porém, é preciso notar que embora tenhamos obtido da entrevistada o seu ponto de vista individual, que não há dúvidas de que é contrário aos empreendimentos das hidrelétricas, podemos fruir de sua argumentação como constitutiva de todo um conjunto de nexos, aproximações e interpelações ativas sobre tais contradições como todo um modo de vida constitutivo daquelas novas tensões. Embora o relato se coloque como uma narrativa individual, toda a sua argumentação apreende um conjunto vasto das tensões mais amplas, por sua vez narradas numa processualidade contraditória, apontando para o ambíguo, que de fato espelha a dinâmica daquelas disputas. E ainda que seu discurso ocorra dentro de um perfil duplo, não deixa de expor de modo convenientemente claro o seu posicionamento.

O que se percebe a partir do relato de Áurea é uma espécie de acentuação de contradições sociais e políticas. As novas dimensões trazidas ao debate também informam a existência de tensões no terreno dos valores, articulando ressignificações em face de interesses muito distintos. É relevante perceber como Áurea teceu o relato enquanto uma *consciência prática* das diferenças entre valores e interpretações daquela realidade, inclusive dentro de sua própria família. Em suas palavras.

Então é uma coisa assim. Muitos dizem assim, meu filho mesmo fala: mãe, é maravilha! Olha! Não pode de ficar triste. É o desenvolvimento! E a gente que tá no Estado que sabe que ele tem que crescer. São poucos que vão lutar pelo [inaudível]. Que lutaram para não aceitar. Mas nossos governantes falam mais alto. E o nosso estado é pequeno. Eu acho ainda pequeno e tem poucos rondonienses ainda aqui. A maioria dos rondonienses já se foi. E os que estão aqui querem ser baiano que nem eu! [risos] É a realidade, viu? Eu acho isso muito triste, por ser negro da terra. É triste.³⁸

Curiosamente, Áurea vive em seu cotidiano uma diferença de interpretação em relação a seu próprio filho, um rapaz de 32 anos. Até o momento de realização da entrevista, o filho não apenas se colocava favorável às hidrelétricas no rio Madeira, como também era um dos seus inúmeros entusiastas, chegando a exibir um adesivo no automóvel. A tensão de valores entre ela e o filho é envolvida em toda a sua construção narrativa, mexendo com sentimentos profundos, a ponto de ver seus olhos rasos d'água a certa altura da entrevista, quando falava de seus sentimentos em relação ao que estava assistindo. Essa questão assumiu tal importância em sua fala, que ao concluir o relato, quando procurava descrever as novas dinâmicas e dificuldades cotidianas vividas pelos ribeirinhos do rio Madeira, entrecortou-o com a menção às expectativas de seu filho:

³⁸ Idem.

É difícil a gente ver isso aí [realidade dos ribeirinhos]. E assim, por exemplo: se vocês passassem assim, um dia descendo o rio Madeira, iam ver que eu tinha razão. O sofrimento deles, barrancos e mais barrancos pra descer, esperar vir barco pra trazer [mercadorias]. Ainda mais com este caos que tá aí no rio. Aí fica difícil. Mas o Flávio ainda diz assim: mamãe abraça o progresso!³⁹

Aqui cabe dizer que o embate entre mãe e filho não é contra o velho e o novo representado na frase “mamãe abraça o progresso”. Mas no fato do “progresso” concretamente provocar a destruição dos espaços de sociabilidades e não trazer os prometidos benefícios para a população local. Há algo mais do que a tensão de valores com o filho em sua narrativa. Áurea constrói um relato quase passional de contrariedade às transformações mais amplas assistidas em Porto Velho. É como se tivesse um freio de mão sempre acionado ao se referir às expectativas sociais constituídas em torno das hidrelétricas. Como observaram Cezar Karpinski e Marcos Fábio Freire Montysuma:

A massa de concreto que represa o rio faz com que um território se sobreponha ao outro. Ao mesmo tempo em que as águas inundam um território, os órgãos empreendedores – principalmente o Estado – procuram construir outro, com novos discursos, novas possibilidades. No momento da inundação ocorre um entrelaçamento entre o antigo e o novo, o rio e o lago, o passado e o presente, a memória e a promessa/esperança de que o novo seja diferente e melhor. As águas represadas passam a fazer parte de um discurso sobre o crescimento, progresso e desenvolvimento ufanístico e não mensurável.⁴⁰

³⁹ Ver Áurea dos Santos, entrevista citada.

⁴⁰ Ver KARPINSKI, Cezar; MONTYSUMA, Marcos F. Freire. Hidrelétricas, legislação e “alternativas”: a construção de projetos de modernidade, um estudo de caso. In: REIS, Daniel Aarão; ROLLAND Denis (Org.). *Modernidades Alternativas*. Rio de Janeiro: FGV. CD-ROM, 2009. p. 62.

Nos termos dessa discussão precisamos voltar para a narrativa de Áurea, que se sentiu legitimada a problematizar tais expectativas em vista de toda uma vida na cidade e, por sua vez, no próprio estado, a partir da qual entrecruzou sua posição no interior de uma *estrutura de sentimentos* temporalmente marcada pelas mudanças.

A afirmação de um sentimento de pertença como “rondoniense” volta a recobrir a sua interpretação. De algum modo se contrapondo de forma endurecida aos coparticipantes dessa que é sua experiência social de pertencimento. Em suas próprias palavras:

Porque os próprios rondonienses são preguiçosos. Eu sou filha de rondoniense, mas tem muito rondoniense que é preguiçoso. Não vai atrás do que é seu. A gente tem que correr atrás daquilo do que é da gente. A gente tem que buscar, tem que estudar e colocar o pé na frente, sair na estrada, não ter medo de nada. Tem rondoniense medroso. Tem! Nós temos conterrâneos que são medrosos.⁴¹

É preciso alguma cautela com o tom empregado por Áurea. Embora tenha se utilizado de um adjetivo de grande força moral para falar de seus pares “rondonienses”, tal qualificação na verdade assume nesse enredo um sentido político de cobrança de agência a seus pares. O adjetivo “preguiçoso” utilizado diz mais para a conotação valorativa de um sentimento de pertença que a entrevistada não vê nas novas dinâmicas e tensões expostas em Porto Velho, do que propriamente consistindo num apelo moral em favor de sua contraparte, o trabalho. É preciso considerar que a narrativa também incorpora sentidos ainda muito presentes naquele meio social marcado por adjetivações pejorativas aos “rondonienses”. A esse suposto medo de seus conterrâneos para assumir um modo de ser “rondoniense”, Áurea adiciona outro sentimento relacional: a intensa mobilidade de moradores de Porto Velho para outros estados. É o caso de:

⁴¹ Idem.

Muitos [que] estudaram e voltaram. Mas tem outros [que] não! Foram, ficaram, gostaram da cidade e continuaram em outro estado. Até se você fizer um levantamento de quantos milhões de pessoas, são poucos. Eu acho que mais ou menos, acho que uns 30%, o restante 70 [%] foram embora.⁴²

Nesses termos, é preciso compreender as entrelinhas constitutivas no relato: “nós temos conterrâneos que são medrosos”. Sua interpretação articula a compreensão acerca dos limites da força política que foi empregada pelos próprios “rondonienses”, que em razão desse pertencimento estariam legitimados a barrar a construção das hidrelétricas, o que para sua frustração não acabou acontecendo. Pois, ainda de acordo com Áurea, “porque se nos tivéssemos gritado, tivesse saído na rua, batido de porta em porta pra gente lutar pelo que é... Não teria acontecido. Mas o medo, ninguém vai. Medo de represália, ninguém vai não. Esta é a questão: é o medo da represália do governo”.⁴³

A esse compósito de questões trazido pela realidade atual das hidrelétricas, soma-se o problema da forte pressão exercida pelos governos municipal, estadual e federal para a sua aceitação pública. Só para termos uma ideia dessa dimensão política de influência de projeções e interesses variados nessas dinâmicas, vale a pena a atenção aos números e projeções que circulam nesse meio. Segundo documento *Balanço – Três Anos – PAC*,⁴⁴ divulgado pelo Governo Federal, o investimento do PAC em Rondônia nos últimos três anos foi de pouco mais 14 bilhões de reais para aqueles empreendimentos exclusivos em logística, energética e social/urbana. Além desses números, consta no relatório investimentos a ordem de mais quase 12 milhões de

⁴² Ver Áurea dos Santos, entrevista citada.

⁴³ Idem.

⁴⁴ Ver GOVERNO FEDERAL. Balanço Três Anos do PAC (Rondônia). Brasília, março de 2010. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/pac/relatorios/por-estado/rondonia-1>>. Acesso em: 19 jun. 2010.

reais em todo estado. Independentemente de aceitarmos ou não as cifras bilionárias, tanto em relação ao já gasto quanto às projeções futuras, não há como deixar de reconhecer que a expressividade das cifras articula interesses políticos e econômicos, engendrando expectativas sociais. Em relação a esse aspecto Áurea dimensiona:

A gente vê que agora tem o Estado já. E eu percebo assim: que deu mais uma corrida com... De mudança assim de rua, etc. e tal. [De] 18 anos pra cá. Então, estava até difícil crescer. E agora com esta leva da hidrelétrica é que tá crescendo cada vez mais. É gente chegando. É carro saindo aí, promoção de carro. Vê saindo aí das concessionárias.⁴⁵

Uma vez mais Áurea abriu a narrativa com destaque à sua luta de reconhecimento para o estado de Rondônia. Todavia, o marco das transformações importantes foi de “18 anos pra cá”, pois “estava até difícil de crescer”. Mas, é no tempo presente “com esta leva da hidrelétrica que está crescendo cada vez mais”. Para exemplificar as transformações que estão sendo narradas, cabe dizer que Áurea usou a imagem de “leva” para as novas gentes, potencializando ao mesmo tempo a quantidade de pessoas que chegam, quanto o número expressivo de automóveis novos que passaram a ser comercializados na cidade. Em 2008, uma matéria de internet contemplava uma preocupação com os números desse incremento:

A frota da Capital, segundo os dados do DETRAN-RO até fevereiro deste ano, já chega aos 119.566 veículos (carros e motos), enquanto que a população de Porto Velho, segundo estudos do IBGE realizados em abril do ano passado, não chega sequer aos 400 mil habitantes, pois estaria, até então, com 369.345 munícipes.⁴⁶

⁴⁵ Ver Áurea dos Santos, entrevista citada.

⁴⁶ Ver EXTRA! RONDÔNIA. Caos no Trânsito: Porto Velho tem quase um veículo para cada grupo de 3 cidadãos. Porto Velho, 7 de março de 2008. Disponível

Nos últimos dois anos o número teria aumentado, conforme constatou nota da Internet:

Para cada três pessoas que moram em Porto Velho tem um veículo circulando nas ruas da cidade. O crescimento da frota de automóveis chegou no último ano a 18%, já são 135.430 carros, motos, ônibus e caminhões transitando na capital. O incremento de novos veículos em 2009 superou os 21 mil. Segundo o Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) o maior crescimento foi de motocicletas, 28% de 2008 para 2009, seguido dos carros com 12% no mesmo período. O aumento na frota alavancou os números de acidentes em mais de 19%, de janeiro a novembro de 2009 comparado com o mesmo período do ano anterior. Entretanto os dados de mortes reduziram em 89%.⁴⁷

Além de confirmar o aumento da frota de veículos na cidade, há também o destaque para problemas decorrentes. Como por exemplo, “em Porto Velho, já é possível ver o reflexo desse aumento nos engarrafamentos (sic) constantes em horário de pico. [...] A estimativa é que a frota aumente ainda mais com a quantidade de pessoas que estão chegando ao estado para trabalhar nas grandes construções que estão sendo realizadas em Porto Velho”.⁴⁸ Ao incremento da frota, que provoca transtornos no trânsito, soma-se o aumento do número de acidentes ocorridos na capital, pressionando inclusive as autoridades municipais a tomarem medidas urgentes. É o que lemos em matéria publicada em meio virtual:

em: <http://www.extrarondonia.com.br/ler_noticia.php?cod=77>. Acesso em: 19 jun. 2010.

⁴⁷ Idem.

⁴⁸ Ver O OBSERVADOR. Aumento de veículos prejudica trânsito em Porto Velho. Porto Velho, 18 de maio de 2010. Disponível em: <<http://www.oobservador.com/nacional/aumento-de-veiculos-prejudica-transito-em-porto-velho.html>>. Acesso em: 19 jun. 2010.

Preocupado com a situação do trânsito de Porto Velho, que faz em média de 50 a 70 vítimas por dia, o secretário chefe da Casa Civil reuniu os representantes dos órgãos envolvidos no contexto para que juntos busquem medidas efetivas para melhorar o trânsito da capital. Durante a reunião houve uma ampla discussão, onde cada representante de instituição falou sobre as dificuldades para realização dos trabalhos e sugeriram as prioridades que devem ser implantadas em regime de urgência para amenizar o problema.⁴⁹

Além dos problemas no trânsito gerados pelo maior fluxo de veículos e pessoas, o “aluguel ficou caríssimo, tudo ficou caro!”, é o que constata Áurea. O “supermercado foi lá pra cima! Tudo, tudo subiu. Sem brincadeira! Ainda mais agora, do meio do ano [2009] pra cá, que deu pra subir tudo mesmo”.⁵⁰ As novas dinâmicas urbanas têm obrigado moradores a se organizarem para contornar a carestia cotidiana. A narrativa de Áurea confirma o observado por Edna Castro acerca do papel da cidade como mercado de destino importante da produção agrícola das cidades amazônicas: “evidencia-se a relação cidade-floresta nas imediações das metrópoles, com maior densidade populacional, mas essas práticas são extensivas a toda a região, notadamente nas áreas de ocupação de *habitats* com associação floresta-rio, que permeiam a vida da cidade e de seu entorno”.⁵¹ De acordo com o relato de Áurea, transformações são sentidas com a presença das hidrelétricas, pois hoje em dia, “você chega ao supermercado pra comprar, você tem que ir no dia que você vê que é promoção”.⁵² Ou senão, “se quiser pegar nas feirinhas, quando os ribeirinhos

⁴⁹ Ver RONDONIAAGORA.COM. Autoridades discutem medidas para melhorar o trânsito de Porto Velho. Porto Velho, 4 de maio de 2010. Disponível em: <<http://www.rondoniagora.com/noticias/autoridades-discutem-medidas-para-melhorar-o-transito-de-porto-velho-2010-05-04.htm>>. Acesso em: 19 mai. 2010.

⁵⁰ Ver Áurea dos Santos, entrevista citada.

⁵¹ Ver CASTRO, Edna. Op. cit., p. 35.

⁵² Idem.

vêm, você tem que ir à madrugada. Praticamente assim, quatro e meia, cinco horas, que você vê os ribeirinhos ficar do lado de cá. Você compra dele, não do atravessador, compra direto dele”.⁵³

A cidade dos sentidos autoritários

Diferentemente de Áurea que tivera que abandonar a *Baixa da União* nos anos 1960, Carrol Van Othon Denys, que é nascido em Jaci-Paraná, há 70 km de Porto Velho, hoje com 73 anos, viveu com a família um drama semelhante, todavia numa conjuntura distinta daquela de Áurea. Morador numa rua que se estende pelos antigos trilhos da ferrovia Madeira-Mamoré, às margens do rio Madeira, situada na zona portuária do *Cai N'água*, sua casa de madeira está condenada ao desmanche. A desocupação já informada pela Prefeitura se daria em função da existência de um projeto maior para a “revitalização” da antiga Praça da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, onde também se encontra em construção novas dependências para o Porto do Cai N'água, e que em sua extensão, o comemorado Parque das Águas.

De acordo com dados fornecidos pela Prefeitura de Porto Velho, as obras estão orçadas em pouco mais de 97 milhões de reais, também provenientes do PAC, através do *Programa Igarapés do Madeira*. Ainda de acordo com os dados, o projeto está sendo implantado pela própria Prefeitura e “tem por objetivo a recuperação e urbanização das margens dos igarapés Santa Bárbara, Grande e Gerais, com a construção de obras de infraestrutura, parques e áreas de lazer e esporte”.⁵⁴ Para a Prefeitura, “no Programa está incluída a construção de 1.200 unidades habitacionais para o remanejamento de famílias que

⁵³ Idem.

⁵⁴ Ver PREFEITURA DE PORTO VELHO. Prefeitura está construindo 1.200 unidades habitacionais para famílias que vivem em área de risco. Porto Velho, 11 de novembro de 2009. Disponível em: <http://www.portovelho.ro.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2784&Itemid=178>. Acesso em: 21 jun. 2010.

vivem em áreas de risco”.⁵⁵ De acordo com o propósito dos gestores municipais “com um projeto assinado pela renomada paisagista Rosa Kliass, o local promete se tornar um dos mais importantes cartões postais de Porto Velho, juntamente com outras obras da Prefeitura que estão sendo construídas na margem do rio Madeira”.⁵⁶ Com isto entendemos também que as três caixas d’águas que simbolizam a cidade, cederão lugar para novos marcos postais identitários da cidade de Porto Velho.

A desocupação que lhe o ameaça no presente foi narrada por Denys como apenas mais um entre inúmeros outros dramas pessoais e familiares que passaram naquela região da cidade. Filho de um imigrante da Guiana Inglesa que viera para Jaci-Paraná ainda em 1905, para trabalhar na construção da Ferrovia Madeira-Mamoré, a sua vida na cidade foi narrada a partir da trajetória na casa onde vive desde que chegara a Porto Velho, nos anos 1940. Nas palavras vivas do seu relato:

Eu cheguei aqui menino. Então quando eu cheguei aqui nós morávamos em Jaci-Paraná. E meu pai me trouxe pra cá, pra essa terra [Porto Velho]. Aqui eu não conhecia nada que eu tinha cinco anos. Chegamos aqui, meu pai era contador. Aí meu pai chegou aqui, no que ele chegou um ano depois ele morreu. Só veio deixar nós aqui. Só veio deixar nós aqui e morreu. Aí eu fiquei com cinco anos. Aí é sofrimento.⁵⁷

No relato, o pertencimento a Porto Velho se constitui muito mais pelo sentido de ter sido “deixado” na cidade, do que propriamente por ter um dia chegado nela. Afinal “o pai só veio deixar nós aqui e morreu.” Para pensarmos as questões trazidas pela narrativa de Denys é preciso atenção ao modo como narrou toda a sua trajetória enquanto morador e trabalhador na cidade,

⁵⁵ Idem.

⁵⁶ Idem.

⁵⁷ Ver Entrevista concedida por Carrol Van Othon Denys a Marcos Fábio Freire Monstysuma e Robson Laverdi. Porto Velho, 16 de dezembro de 2009.

pois tais dimensões são potencialmente apresentadas de forma relacional.

Na cidade, “chegou certa hora que quando eu fui trabalhar, eu tinha quinze anos. Estava durão, estava durão já. Fui trabalhar na estiva”. E mais uma vez olhando fixamente para os entrevistadores perguntou: “sabe o que é estiva?”.⁵⁸ Ao estender a fala com uma pergunta é como se estivesse estabelecendo um sentido para sua pertença, em função de uma presumível ignorância alheia àquelas dinâmicas vividas em Porto Velho. Na estiva trabalhou três anos, até que “fui ficando mais duro, mais forte! Aí quando eu cheguei, aí comecei a carregar peso, saca de cimento, saca de sal, saca de açúcar, era assim”. De acordo com ele “aqui, nesse território de Rondônia, tinha três navios já, aqui”. Uma vez mais perguntou: “já ouviu falar?”.⁵⁹ A segunda pergunta devolvida durante a inteireza do relato procurava dar conta não apenas de informar a presença de um porto na cidade, mas também da sua já considerável movimentação, haja vista a existência já na época de três navios.

Em 1960, Denys teria conseguido o seu primeiro trabalho na ferrovia. Pois na época “sempre tive boas amizades. Então eu sou um cara que não faço mal a ninguém. Nunca fui preso, nada disso. Sou limpo graças a Deus”.⁶⁰ Como já situamos, foi nessa mesma década que o 5º. BEC assumiu a gestão da Ferrovia Madeira-Mamoré. Tal como foi marcado por Áurea sobre a desocupação da Baixa da União, a presença dos militares na cidade deixou marcas profundas para Denys também. Como mesmo recordou:

Naquela época esse tal de batalhão chegou aqui. Já ouviu falar? Eles chegaram aqui em [19]64. Quando eles chegaram aqui e terminou a rodovia deles, ele disse: oh, agente ferroviário, eu vou demitir todo esse pessoal. Nós éramos 200 homens daqui de Porto Velho a Guajará-Mirim. Todos vão ser indenizados e rua. Puta merda! Nossa, rapaz! Que coisa, com esse tempo todo de serviço.

⁵⁸ Ver Carrol Van Othon Denys, entrevista citada.

⁵⁹ Idem.

⁶⁰ Idem.

la passar efetivo. Ai nós trabalhando ele disse: oh Denys, chegou a hora aí, que você queira ou não queira, você tem que pedir a conta, queira ou que não queira. Aí eu dou a sua conta. Eu dou sua conta honestamente. Bom, tudo bem! Naquela época o Batalhão mandava tudo aqui. Como é que era o nome? Era comunismo, [sic] que o batalhão mandava.⁶¹

A presença daquele batalhão do exército em Porto Velho deixou ressentimentos para seus moradores. Importa perceber como, a despeito do evidente engano na troca que promoveu entre militarismo e comunismo, as efervescências presentes na cidade recorrem a esse momento fundador como uma maneira de aguçar a percepção dos sentidos autoritários vividos com a presença das atuais hidrelétricas. Essa é pelo menos uma das dimensões que aparecem nas falas dos entrevistados. De acordo com Denys, o poderio daquele destacamento militar na cidade era tão grande que:

O batalhão casava e batizava tudo aqui neste Porto Velho. Casava e batizava! Então tinha um homem com nome de Coronel Oliveira, ruim que só o diabo, ruim mesmo. Pra você ver como ele era. Ele disse: Denys, porque neste tempo, tudo tinha cartinha de licença de doença. Tudo isso esse rapaz descontava da conta da gente, do coro da gente, tudo. Não passava. O que não descontava, pra comer o dinheiro pra ele. Ele disse: olha Denys eu vou te dar uma colher de chá. Agora de você eu não vou descontar tudo. O maior salário que tirava lá era mil, mil e quinhentos reais [sic]. Eu tirei três mil. Olha isso aí! Eu não estou descontando tudo o que tem aqui escrito pra você se sair bem. Agora guarda o seu dinheirinho e pega um rumo. Ele falou pra mim. Eu disse: tô bom! Obrigado, saí. Falei: eu vou bater cabeça de novo por aí em outros cantos. Não parei não. Descansei um pouco em casa. Eu decidi ali e tal. Eu disse pra minha mãe: mãe eu vou trabalhar de vigia. Você sabe o que é papa-sereno?⁶²

⁶¹ Idem.

⁶² Ver Carrol Van Othon Denys, entrevista citada.

Para Denys não lhe restou alternativa, foi trabalhar como vigilante noturno, ou em sua própria brincadeira com o termo, passou a ser um *papa-sereno*. Mas é preciso considerar antes de tudo o sentido atribuído a essa demissão, qual seja: a força autoritária daquele patente. Mas o sentido da profissão é também incursionado por significados contestados. Como mesmo explicou aos entrevistadores: “então eu estou falando pra você agora. Pois é vigia. Já sabe o que é papa-sereno. Lá eu trabalhei cinco anos, de noite, num setor. Todo dia eu ia para aquele setor e trabalhar, todo dia. Às seis horas eu entrava e só saía às seis horas da manhã. Lá eu fiquei”.⁶³

Uma frustração com a vida laboral envolve toda a narrativa de Denys. A demissão da ferrovia mexeu profundamente com o entrevistado. E como destacou, sempre que pôde tentou retornar, até que “lá correu a notícia que iam empregar gente na estrada de ferro, de novo. Aí eu disse: eu vou entrar nessa porra de novo.” Mas, “quem foi que disse que eu entrava? Não entrei.”. Na espera incessante “eu vi o trem passando, o tempo passando, esperar chamar, esperar chamar e não chamava. E o pessoal saindo de lá. Vou pegar o lugar. Quando eu quis pegar o lugar já era tarde.” Não lhe restou alternativa senão ficar “trabalhando de vigia”, aposentando-se nessa lida.⁶⁴

Ao ser indagado diretamente sobre presença das hidrelétricas na cidade verbalizou Denys: “para o Estado é o futuro. Para o Estado tudo bem. Mas pra nós que moramos aqui é uma derrota. Está bom?! Não estou falando escondido não, estou falando franco. Pra nós é uma derrota. Porque eles estão fazendo isso lá e nós não saímos daqui”.⁶⁵ É muito interessante perceber em sua narrativa construção de uma oposição do “eles” e “nós”. Nesses termos, não se trataria apenas de uma estruturação da linguagem para estabelecer as pessoas da ação, mas sim para marcar em termos sociopolíticos as distinções de agência atuantes

⁶³ Idem.

⁶⁴ Idem.

⁶⁵ Idem.

naquela realidade analisada. Na verdade Denys deixou clara uma consciência prática das tensões de interesses políticos que se utilizavam da prerrogativa universal do Estado. Essa dimensão ganhou lâminas de nitidez ao advertir aos entrevistadores de que “não estou falando escondido não, estou falando franco.” Ora, a advertência quanto aos possíveis riscos que assume ao dizer o que diz no cotidiano em função da “verdade” das palavras que profere, de alguma maneira atribui responsabilidade das práticas políticas assumidas pelo estado numa realidade onde:

Agora eles vão dar umas casinhas de pombo para cada um. Mas o apartamento diz que são dois metros quadrados, um metro e pouco quadrado por pessoa. Como é que eu vou botar os meus filhos que tenho aqui em casa? Não vou acertar, não vai dar. Parte da cabritada jogo fora? Então nós estamos fracassados de salvação. Então quem poderia fazer uma palestra pra ajudar nós eu acharia bom. Está bom? E estamos aí. E está rolando aí. Eles estão fazendo as casinhas de pombo. Eles estão fazendo. Diz que nós vamos lá para o Três e Meio. Sabe onde é?⁶⁶

Denys se vê dependente daquelas forças políticas desiguais e atuantes que participa. Nas condições que encontra o entrevistado, acaba-lhe apenas restando a saída de seu lugar de pertença nos trilhos da antiga ferrovia da *Baixa da União* para as “casinhas de pombo” que lhe foram oferecidas. Para o entrevistado a coisa “está rolando aí”, pois “eles estão fazendo” e, de qualquer maneira, “estamos fracassados de salvação”. A realidade concreta da saída do bairro se coloca como exponencialmente perturbadora para ele, pois não lhe impõe apenas a saída, mas em contato com discursos de grande potencialidade autoritária, já que “o prefeito falou na televisão: não esperem melhora dali. Isso eu escutei: não esperem melhora dali que não vai. É do jeito que nós queremos, do jeito que eu quero. Estamos aí, fazer o quê? Fazer nada, fazer nada, a gente está aí”.⁶⁷

⁶⁶ Carrol Van Othon Denys, entrevista citada.

⁶⁷ Idem.

Além disso, a narrativa opera uma tradução do sentido autoritário proferido pelo prefeito, que nas condições expostas por ele, desrespeita todo o seu passado naquele lugar. Nesse sentido, talvez Denys também esteja dialogando com outros argumentos envolvidos nesse debate público. Pois, para a Prefeitura de Porto Velho trata-se de uma “oportunidade de viver nos residenciais [que] representa uma mudança radical para a grande maioria das famílias, que residem de forma precária ao longo do trilho da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e na Baixa da União”.⁶⁸ Embora haja uma manifesta preocupação do poder público com aquelas áreas de risco atingidas pelas frequentes enchentes, a própria Prefeitura define a que o *Parque das Águas*, “inclui a construção de mirantes e um píer que vai avançar sobre o rio, oferecendo uma vista privilegiada do Madeira, além de parque esportivo, observatório de pássaros e outras atrações”.⁶⁹ Ora, como podemos perceber nas intenções da gestão pública, a primeira preocupação é com construção dessa obra de ampla visibilidade pública, ficando para um segundo plano “dar um fim ao ciclo vicioso que se formou naquela área”. Pelo menos isso é o que se sente na fala de Denys, que percebe o jogo discursivo em que se vê envolvido. Em suas próprias palavras:

Estão fazendo, ajeitando a pracinha que tinha lá, tudo. Estão fazendo tudo lá. Calçamento e tem a pracinha lá. Bom, estão fazendo bem. Mas não é o prefeito não. Pode botar o nome dele, mas não é ele. Tem o nome dessa usina aí. Ela que manda fazer e paga. Não custa um centavo do governo, tudo eles. Está bom, estão agradando os camaradas. E eles só botando no bolso, eles

⁶⁸ Ver MINISTÉRIO DAS CIDADES. Porto Velho (RO) melhor para todos e todas: Habitação e Regularização Fundiária. Brasília, 5 de janeiro de 2010. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/programas-urbanos/Imprensa/regularizacao-fundiaria/noticias-2010/janeiro-1/porto-velho-ro-melhor-para-todos-e-todas-habitacao-e-regularizacao-fundiaria/>>. Acesso em: 22 mai. 2010.

⁶⁹ Idem.

só catando o dinheiro, no bolso. Ele falou que ia sair pra governo e vai [risos]. E ele vai. Capaz que ele vai.⁷⁰

Acrescenta Denys, ainda: “e tem uma coisa: casa de madeira não tem valor. Casa de madeira não tem valor. Então eles fazem o que quiser. Pagar eles não pagam. Então dão essas casas de pombo. Se deu bem, se não deu fica por isso mesmo. É só isso”.⁷¹ De acordo com o que verbalizou o entrevistado, o que incomoda profundamente é o fato de não valorizarem a sua casa de madeira. Como procurou expressar desde o início da narrativa, a pertença àquele lugar tem pouco a ver com o valor da precária moradia de madeira onde vive há quase 60 anos. Na verdade questiona a retirada dos moradores não prestar atenção à sua existência naquele lugar, restringindo sua história ao baixo valor material da casa de madeira que habita. E mais importante ainda que, a despeito dos sentidos dominantes que privilegiam a construção do *Parque das Águas* para Porto Velho, entre outras mudanças estruturais impulsionadas pelo PAC, Denys atua como sujeito histórico. De acordo com ele, e sem meias palavras, disse: “eu não estou falando escondido não, estou falando abertamente. E nós estamos aí, de acordo com a boa vontade deles”.⁷²

O relato de Denys de maneira alguma negligencia o fato de que vive numa área de riscos. Afinal, “tudo está enchendo. Todo o tempo está enchendo. Eu moro aqui a vida toda. Conheço isso aqui todinho. Pode não ser violenta, mas vai fazer medo. Pode não chegar aqui na minha casa. Porque até aqui não, se estou vivo ou estou morto, pode não chegar aqui, mas é perigoso, é perigoso”.⁷³ O argumento de Denys não é o de desconsiderar a iminência das enchentes que coloca riscos para sua família, mas o fato de que em função disso não se reconheça que “eu moro aqui a vida toda. Conheço isso aqui todinho”. De outro modo, ainda

⁷⁰ Ver Carrol Van Othon Denys, entrevista gravada.

⁷¹ Idem.

⁷² Ver Carrol Van Othon Denys, entrevista citada.

⁷³ Idem.

acentuou: “tem muitas pessoas que já estão a vida toda aqui. Eu sou um deles. Cheguei aqui menino e estou velho. Cheguei com 5 anos e estou com 73. Olha, eu sou nascido e criado aqui. E aí? Não vou ganhar nada porque minha casa é de madeira? É duro rapaz!”⁷⁴

Fica bem claro o fato de que Denys e as “muitas pessoas que já estão a vida toda aqui”, buscam na narrativa driblar os sentidos dominantes que pressionam pela aceitação a qualquer custo das míseras condições que lhe foram oferecidas. Não há dúvida de que isso é um dilema para estes moradores da *Baixa da União*, pois de alguma forma aceitar o argumento em si da periculosidade do local os empurra para a única saída: a mudança para os pequenos apartamentos nominados como “casas de pombo”. A despeito dessas tensões concretas, Denys não deixa de denunciar as condições precárias de onde vive:

Porque aqui atrás passa um igarapé. É descarga de privada e diabo que vem por aí desce de toda essa redondeza aqui de Porto Velho. Passa aqui por trás, a água. Esta água é contaminada. Água de hospital e todo canto vem aí, descarga de privada, esgoto, tudo passa aí. É perigoso. Aqui diz que o pessoal pesca e pergunta de onde é esse peixe? Ah, é dali. Digo não quero. É contaminado. Não presta, vende pra outro, não quero e não como não. Pegar doença, não é mesmo? Tanta doença violenta que tem por aí. Eu não quero. Eu não como. Ah, meu amigo, a vida é assim mesmo.⁷⁵

Mais uma vez, no relato de Denys, tal como percebemos no de Áurea, é forte a identificação com a ideia de que as usinas hidrelétricas não trarão divisas ou melhorias para a população de Porto Velho e de Rondônia como um todo. Pois, “essa luz é pra outros estados aí, do mundo afora, do Brasil afora. As duas usinas juntas que estão fazendo: a de Santo Antônio e a de Jirau. É pra luz de fora. Abastecer São Paulo, Maranhão, Sergipe, Pernambuco,

⁷⁴ Idem.

⁷⁵ Idem.

pra esse mundo aí”.⁷⁶ Esse é um dos sentidos políticos mais contundentes ouvidos em Porto Velho por moradores, movimentos sociais e outros agentes envolvidos nas lutas contrárias às hidrelétricas. É muito interessante perceber como Denys, no alto dos seus 73 anos, se utiliza das informações técnicas que ouve em seu cotidiano para proceder a uma leitura política do processo. As usinas do Madeira seriam então, “pra não existir esses apagões, essa é a verdade! Então está aí, está na cara. Então vamos ver a luz passar. Porque já tem fiação, diz que já está em Manaus a fiação. E pra nós não tem, porque foi calculado só pra passar alta tensão, certo? Isso aí pra cá não pode”.⁷⁴ Na continuidade do argumento, advertiu mais uma vez: “não estou com nenhum segredo não, não tem”.⁷⁵ Com isto quis dizer que não se trataria de uma situação enigmática ou de difícil entendimento, para a qual resumiu: “então aí, o que está acontecendo é o seguinte: é que eles estão ajudando o prefeito, o governo. O dinheiro... Faz um serviço aqui outro serviço ali. Aponta aqui, aponta acolá. Isso que nós temos a lucrar é isso. Só isso”.⁷⁶

Ao finalizar o relato do modo como fez, deixou claro alguns elementos constitutivos de sua consciência social acerca dos interesses econômicos e políticos das hidrelétricas, que por sua vez são também atuantes na decisão pela construção do *Parque das Águas*. E, talvez, mais do que isso, de sua própria realidade nessa trama de sentidos autoritários com a qual interage e conflita historicamente. Nesse caso, não de deixa de significar também o lugar que ocupa nela. Pois, “eu estou que nem bolsa na água. Onde a água leva vai pra lá. A água volta, vai pra lá. E assim vai. Eu estou assim na situação porque eu não tenho dinheiro”.⁷⁷ E tal como pontuamos em relação à Áurea, acerca da potencialidade de percepção das experiências sociais do relato individual, devemos considerar também o mesmo em relação ao Denys. Mas nesse caso, ele próprio fez questão de dizer que não falava somente apenas de si. Mas, de “muita gente aqui. Não é eu só não. Se

⁷⁶ Ver Carrol Van Othon Denys, entrevista citada.

⁷⁷ Idem.

fosse só eu tinha um jeito, mas é muitos. [...] É, então eu não ligo. Olha rapaz, pra onde der eu vou. Se você quiser você vai. Se não quiser você fica por aí rolando. Eu não posso fazer nada. Está bom?!”⁷⁸ Na interpretação de Denys temos narrado uma oposição direta e aberta à construção das hidrelétricas no rio Madeira, que procura dar conta de um universo ampliado de contestações naquele meio social. É preciso ter claro que na pesquisa de campo encontramos muitas pessoas que não quiseram falar temendo possíveis represálias ou perdas.

Considerações finais ou a cidade que estava lá

As discussões sublinhadas nesse artigo tiveram por objetivo mapear as tensões urbanas constitutivas da história recente de Porto Velho em função das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau. Por meio dessa exposição procuramos trazer para análise o debate público sobre os impactos proporcionados pelas obras. Mas, sobretudo, perceber suas dinâmicas que engendram uma complexa rede de situações, ritmos e formas contraditórias de articulação de interesses políticos e econômicos locais, regionais e nacionais, por sua vez plasmados hegemonicamente na vida urbana da cidade e nas políticas públicas relacionais a Rondônia e ao país na história brasileira recente. Tal enredo se configura a partir da execução irremediável dos megaprojetos “desenvolvimentistas” traçados pelo PAC, que fazem eclodir nesse meio citadino uma cadeia de carências de equipamentos urbanos e serviços públicos.

Em torno desses empreendimentos se constituem e multiplicam imagens, expectativas e sentimentos de pertença sociais que emergem de reivindicações historicamente marcadas na existência política daquela urbe plantada em meio à floresta amazônica. Ao compreender o tom desses debates públicos sobre o impacto das hidrelétricas do rio Madeira para Porto Velho, tentamos também driblar aquela tendência usual de perceber

⁷⁸ Idem.

as transformações e outras situações nelas enredadas como situações isoladas e desconectadas pelos interesses do mercado em si mesmas.

Ao trazermos para o plano inicial a matéria de *Época*, não buscamos apenas concordar com o diagnóstico de mazelas e contradições vividas em Porto Velho. Na verdade, primeiro, quisemos pautar também os enredos econômicos especulativos do “mercado” naquela urbe. Depois, de que embora não fosse voltada aos “rondonienses”, a matéria não se restringiria ao “mercado”, fazendo proliferar naquela realidade imagens e expectativas sobre “potencialidades” jamais vistas antes por seus moradores.

A despeito do hiperbólico universo de imagens que dilaceram corações e mentes de homens e mulheres que concretamente fazem sua própria história naquela cidade, há um universo de experiências sociais que precisamos atentar. É no feixe de sentidos e sentimentos experimentados numa dada *cultura ordinária*, aqui uma vez mais acompanhando as prerrogativas de Raymond Williams,⁷⁹ que podemos vê-los constituindo ao mesmo tempo e a partir de formas e situações específicas não totalmente silenciadas pela força dos argumentos dominantes do mercado.

A História Oral utilizada brindou com a possibilidade de incríveis de aportes históricos compreensivos. Pelo menos foi o que versaram as histórias de vida de Áurea e Denys, que permitiram novas perguntas para situações já dadas em face da grandiloquência de discursos e imagens positivadas das hidrelétricas naquele meio social. Os relatos francos e abertos que Áurea e Denys concederam, ao contrário de tais imagens prontas e acabadas, não tomam tais empreendimentos apenas pelas forças aparentes dos argumentos, mas de sua consecução autoritária naquele cotidiano.

O relato de Áurea, por seu turno, com toda sua vitalidade narrativa de oposição às hidrelétricas, não apenas falou dos argumentos que substanciam o seu ponto de vista. Mas, sobretudo

⁷⁹ WILLIAMS, Raymond, op. cit.

de outros argumentos trazidos de sua consciência política produzida no cotidiano, daquela que traz consigo com as marcas de inconclusa luta social vivida em seu cotidiano, entre carências e afirmações de pertencimento diante das dinâmicas urbanas em Porto Velho e, ou mesmo aos aspectos de sua identificação com o próprio estado de Rondônia em sua representatividade social. Para esta entrevistada há todo um passado vivido que lhe subsidia pensar os emblemas de participar dessa cidade e de Rondônia nessa conjuntura.

Denys, por outra via, trouxe à tona com uma narrativa de indagações acerca do universo dos sentidos autoritários vividos em sua pertença àquela cidade, em parte também presente no relato de Áurea. Isso o entrevistado marca a partir de sua história de vida na cidade, que é marcada por lutas de pertença tecidas num passado longínquo, que para sua infelicidade as veem reatualizadas. Como dissemos, há razões no presente para que esses sentidos autoritários sejam lembrados, já que as transformações urbanas prometidas pela nova fase de Porto Velho deixaram de considerar o seu passado.

Em outros termos, embora as entrevistas analisadas coloquem enquanto individuais, é possível perceber que extrapolaram tal redoma de sentidos. Nesse plano, as significações dos entrevistados dialogam e se constituem como universos sociais em mudança, como lutas permanentes perfilhadas no tempo histórico, traduzidos pelos entrevistados como campos de tensão específicos no fazer urbano. Apesar da força das imagens positivadas das hidrelétricas e de suas potencialidades futuras que ensejam, os relatos de história de vida ajudaram a perceber a processualidade em que participam. Desse modo, pertencem a uma e única *estrutura de sentimentos*, que se faz ativa e dinâmica na cidade que, de fato, estava lá.

Agradecimentos

Quero agradecer a Marcos Fábio Freire Montysuma, da UFSC, pela compartilha intelectual de tantas discussões que procurei incorporar nesse texto e pelo convívio na pesquisa de

campo. Quero agradecer aos amigos Terezinha da Silva Freire e a Paulo Freire da Silva, que além do generoso acolhimento em Porto Velho, foram fundamentais para desvendar algumas das tramas que envolvem as preocupações desse texto.

Recebido em julho de 2010.
Aprovado em setembro de 2010.